

**AÇÕES DESEMPENHADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM UM MUNICÍPIO DE  
MINAS GERAIS PARA LIDAR COM A PANDEMIA DA COVID-19**

**MILENA ABREU AVILA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

**DANIELA MEIRELLES ANDRADE**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

**MÔNICA CARVALHO ALVES CAPPELLE**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

Agradecimento à órgão de fomento:

Agradecemos o apoio e contribuição da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

# **AÇÕES DESEMPENHADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM UM MUNICÍPIO DE MINAS GERAIS PARA LIDAR COM A PANDEMIA DA COVID-19**

## **Introdução**

Ao final do ano de 2019, noticiários do mundo todo começam a alertar a população sobre a incidência do novo corona vírus, o SARS-CoV-2, popularmente conhecido como COVID-19 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). O primeiro registro de contaminação do vírus ocorreu em dezembro do mesmo ano, na cidade de Wuhan localizada na China. O Brasil registrou seu primeiro caso de contaminação pelo vírus no dia 26 de fevereiro de 2020 no estado de São Paulo, conforme dados divulgados pelo Ministério da Saúde. Desde então, a temida curva de incidência e propagação da doença no país vem crescendo gradativamente e preocupando toda a população, sobretudo a administração pública (SANTOS, 2020).

A situação contextual da pandemia da Covid-19 é influenciada pela ausência de precedentes da doença, o que limita a atuação da administração pública (ITO; PONGELLUPE, 2020). Este cenário exige que os gestores públicos ajam de forma colaborativa e coordenada, a fim de se minimizar os nefastos efeitos que podem ser ocasionados pela alta incidência da proliferação do novo vírus, sendo que esses podem gerar impactos negativos no sistema de saúde, no âmbito social, na economia e em diversas outras dimensões (SANTOS, 2020; ITO; PONGELLUPE, 2020).

Conforme dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde em meados de junho de 2020, Minas Gerais é o estado da Região Sudeste do Brasil com a menor incidência de propagação do novo corona vírus, apresentando uma relação média geral de 183,7 casos a cada 100 mil habitantes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). As estimativas do mês de junho de 2020 também demonstram que o índice de mortalidade pela contaminação do vírus em Minas Gerais corresponde a 3,9%, enquanto o Espírito Santo, que dispara à frente, apresenta um índice de mortalidade correspondente a 37,5% (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Neste contexto, percebe-se que ações empreendedoras na gestão pública podem contribuir para aplicação e implementação de soluções para problemas públicos, pois tendem a apresentar alternativas rápidas e pontuais para os gargalos existentes. Conforme Watson (2013), a orientação para a ação empreendedora necessita resultar em um engajamento entre os atores sociais mediante o compartilhamento de informações, assim como a busca pela melhor alocação de recursos, a fim de combater e controlar situações de conflito e incerteza.

Por outro lado, Morais et. al (2015) e Valadares (2016) salientam a dificuldade de se empreender no contexto da gestão pública brasileira decorrente de um excesso de formalismo e rigidez nos procedimentos administrativos, bem como da necessidade do estrito e inflexível cumprimento dos meios legais por parte da administração pública. Contudo, outros autores afirmam que a orientação empreendedora no setor público pode trazer benefícios para a sociedade, bem como ser uma aliada para a gestão pública a fim de enfrentar situações imprevistas e propiciar melhorias na gestão dos serviços públicos (SHEPHERD, 2015; SILVA; VALADARES; ANDRADE, 2016; VALADARES, 2016; NASCIMENTO E ANDRADE, 2019).

## **Problema de Pesquisa e Objetivo**

Diante deste cenário, pergunta-se: como a Administração Pública em um município de Minas Gerais está desempenhando ações no combate a pandemia ocasionada pela Covid-19? Para responder a esse problema de pesquisa, o presente artigo tem como objetivo geral analisar ações desempenhadas pela administração pública em um município de Minas Gerais no combate à pandemia da Covid-19. O município está localizado, conforme o IBGE (2020), na

mesorregião do Campo das Vertentes e conta com uma população estimada de aproximadamente 103.733 habitantes, sendo considerado um município polo na região, principalmente pela infraestrutura e referência ao atendimento médico hospitalar e por abrigar importantes instituições de ensino, dentre elas, uma das maiores Universidades Federais do país.

Destarte, como objetivos específicos propõe-se (I) identificar e analisar as ações de enfrentamento do Covid-19 no município mineiro em seu contexto da saúde, administrativo, social, educacional e econômico; e (II) compreender as ações identificadas no contexto da ação empreendedora. Realizou-se uma coleta documental de dados secundários relacionados à pandemia da Covid-19 no sítio da prefeitura e em suas publicações nas redes sociais, assim como em sítios de jornais e noticiários de circulação local. Deve-se ressaltar que a pesquisa em questão se baseia apenas em notícias relacionadas à pandemia, sendo os dados coletados no primeiro semestre do ano de 2020.

O estudo se justifica por demonstrar a responsabilização e atuação da gestão do poder público municipal em relação ao enfrentamento da pandemia, frente à importância internacional e a emergência do estado de calamidade na saúde pública. Dessa forma, espera-se que o presente artigo possa contribuir para a literatura do empreendedorismo no setor público brasileiro, especificamente na área de gestão da saúde pública, assim como ser um caminho para a reflexão, propagação e fomento de ações voltadas para o enfrentamento da Covid-19 em outras municipalidades.

## **Fundamentação Teórica**

### **O Empreendedorismo Público**

Com o surgimento da Nova Administração Pública em meados dos anos de 1970, sendo esta pioneira em países como Inglaterra e Estados Unidos, práticas e mecanismos do setor privado começaram a ser adotados no setor público (TREMML, 2018). Além de ter se tornado uma tendência internacional, este modelo foi fundamental para a orientação empreendedora na administração pública, tendo como modelos pioneiros os governos de Margareth Thatcher (Reino Unido) e Ronald Reagan (Estados Unidos) (MORAIS et. al, 2015).

Assim, devido às influências neoliberais, o fenômeno do empreendedorismo público teve seu início mediante a introdução de procedimentos gerenciais na gestão pública (MORAIS et. al, 2015; BORGES; ROMANIELO; BRITO, 2016; VALADARES, 2016). No entanto, a orientação empreendedora no setor público não significa replicar padrões e modelos oriundos do setor privado, mas sim possibilitar a oportunidade de implantação de novos mecanismos que contribuam para a eficiência na gestão pública (KLEIN et. al, 2010).

De acordo com Klein et. al (2010), o empreendedorismo público se difere do empreendedorismo privado não somente pelos ambientes e contextos diversos em que se insere, mas também na mensuração dos objetivos organizacionais, na proposição e seleção de ações e na busca de oportunidades. No entanto, ainda de acordo com os autores é difícil encontrar uma definição exata para conceituar o empreendedorismo público, devido ao fato de que além da grande complexidade do setor, os interesses públicos mudam ao longo do tempo e de acordo com as necessidades multifacetadas dos cidadãos.

O empreendedorismo público deve oferecer condições necessárias para a transformação nos ambientes das organizações de forma dinâmica e inovadora, buscando o equilíbrio entre os objetivos organizacionais e os anseios dos cidadãos (VALADARES, 2016; BORGES, ROMANIELO; BRITO, 2016). Contudo, compreende-se que em situações de crise ou com a presença de limitações e deficiências institucionais, como a prevalência do “*status quo*” das

organizações, estes elementos podem limitar a geração de oportunidades para a orientação empreendedora no setor público (HAYTER; LINK; SCOTT, 2018).

Assim, os empreendedores públicos podem ser considerados como aqueles sujeitos que estão em busca de oportunidades, sejam estas para criar novos mecanismos de gestão ou para aperfeiçoar aqueles já existentes (KEARNEY; MEYNHARDT, 2016; TREMML, 2018). As práticas do empreendedorismo público estão associadas à busca por formas inovadoras, criativas e flexíveis de gestão, a busca pela solução de problemas públicos, bem como procedimentos e ações que privilegiem a qualidade dos serviços, na tentativa de alinhar a prestação dos serviços públicos às expectativas dos cidadãos (KLEIN et. al, 2010).

Olausson e Svensson (2019) afirmam que a orientação empreendedora no setor público depende das condições de que a organização dispõe para os indivíduos empreenderem, bem como o contexto e o cenário político. Dessa forma, o empreendedor público deve se dedicar à tentativa de criar possibilidades e espaço necessários para atuar de forma empreendedora (KLEIN et. al, 2010; SILVA, VALADARES, ANDRADE, 2016).

Por outro lado, nem sempre é fácil criar um ambiente empreendedor, isto porque, existem diversas pressões organizacionais que tendem a colidir devido a existência de interesses difusos, tanto por parte dos gestores públicos, como dos cidadãos (KLEIN et. al, 2010; HAYTER; LINK; SCOTT, 2018; OLAUSSON; SVENSSON, 2019). Dessa forma, Olausson e Svensson (2019) afirmam que é fundamental a criação de uma arena que possibilite ao empreendedor interagir com os diversos atores organizacionais e não se concentrar em um indivíduo ou setor específico apenas.

Compreende-se que uma das premissas do empreendedorismo no setor público é o compartilhamento do comportamento organizacional em prol de ações que visem a efetividade dos serviços públicos (MARKOPOULOS; VANHARANTA; 2020). No entanto, para que esse compartilhamento possa vir a existir, torna-se fundamental o desenvolvimento de uma cultura organizacional, bem como estratégias que orientem os agentes públicos a atuarem de forma ativa e empreendedora (MARKOPOULOS; VANHARANTA; 2020).

Kearney e Meyhardt (2016) definem que a estratégia do empreendedorismo nas organizações do setor público, circunscreve-se na implementação de ações e práticas sistêmicas voltadas para toda a organização. Essa estratégia organizacional pode estar relacionada à melhoria do desempenho e performance dos agentes públicos, à criação de valor público para os serviços prestados, ao surgimento de novas organizações, ao melhor gerenciamento dos recursos, à habilidade para a capitalização de oportunidades, bem como ao incentivo às capacidades de adaptabilidade e flexibilidade dos agentes (KLEIN et. al, 2010; MORAIS, et. al, 2015; KEARNEY; MEYNHARDT, 2016; OLAUSSON; SVENSSON, 2019).

De acordo com Garcia (2020), o empreendedorismo tem como principal unidade de análise a ação empreendedora. Dessa forma, o processo empreendedor se inicia em uma abordagem interativa de identificação e refinamento de oportunidades potenciais (SHEPHERD, 2015; GARCIA, 2020). A oportunidade surge para o desenvolvimento de uma ação, sendo essa concebida como o estágio inicial do empreendedorismo (WATSON, 2013; SHEPHERD, 2015; GARCIA, 2020).

Assim, entende-se que o empreendedorismo público visa ao aperfeiçoamento e à introdução de novas práticas nas organizações em prol do interesse coletivo, sendo este um processo decorrente de uma orientação à uma oportunidade real que possa se direcionar à uma ação empreendedora. Contudo, evidencia-se que o processo do empreendedorismo se inicia a partir da emergência da própria ação empreendedora, dessa forma, como um dos intuits deste estudo é identificar e compreender a contextualização de ações empreendedoras na administração pública, torna-se relevante entendê-la como um dos eixos de análise do empreendedorismo.

## **Ação Empreendedora na Administração Pública**

Muitos estudos sobre o empreendedorismo focam na figura do indivíduo empreendedor em detrimento de como ele acontece e é aplicado, seja voltado para organizações privadas, públicas ou até mesmo para o terceiro setor (WATSON, 2013; SHEPHERD, 2015; DIMOV; PISTRUI, 2019). De acordo com Watson (2013), o empreendedorismo deve ser compreendido como um processo, o qual se inicia a partir da ação empreendedora.

No estudo de Dimov e Pistrui (2019) o empreendedorismo pode ser conceituado como um fenômeno social que é compreendido pelo processo empreendedor. Dessa forma, os autores seguindo a mesma linha do estudo de Gomes, Lima e Cappelle (2013), apontam o deslocamento do foco no sujeito para a ação, seja ela desempenhada por um determinado indivíduo, grupo ou até mesmo pela interrelação entre instituições que agem em prol de um propósito comum (WATSON, 2013; GOMES; LIMA; CAPPELLE, 2013; SPEDALE; WATSON, 2014; SHEPHERD, 2015; DIMOV; PISTRUI, 2019).

Gomes, Lima e Cappelle (2013) salientam que a ação é um movimento intencional decorrente da busca de realização de determinados objetivos, sejam eles direcionados para alcançar ou resolver situações específicas. Entretanto, a ação se difere da ação empreendedora, pois conforme os estudos de Shepherd (2015, p. 8), “a ação empreendedora pode ser pensada como um processo dinâmico e altamente interativo de engajar atividades e experiências que decorrem de uma oportunidade em potencial”. Dessa forma, a ação é decorrente de uma intenção direcionada, enquanto a ação empreendedora emerge de uma perspectiva interativa.

Shepherd (2015) caracteriza que uma ação empreendedora é orientada por uma perspectiva interativa, seja esta entre comunidade e empreendedor, e/ou em prol de um objetivo comum, devido ao fato de que esta interação pode contribuir para a identificação e refinação de uma oportunidade potencial e real. Assim, compreende-se que a priori, as ações devem ser testadas e orientadas contra determinados fenômenos, conflitos ou gargalos até o refinamento da oportunidade real.

Em consonância, Garcia (2020) demonstra em seu estudo um modelo de análise para compreender o empreendedorismo, utilizando a ação empreendedora como sua principal unidade de análise. Com isso, o autor representa em seu esquema de análise que a emergência de múltiplas ações é essencial para o refinamento da ação potencial. Após a identificação e o refinamento, o autor estabelece que o terceiro estágio de análise consiste no fato de que a ação empreendedora emerge do processo de identificação coletiva.

Isto porque, a ação empreendedora estabelece vínculos com outros atores, e por essa razão, ela é decorrente de um processo interativo. Garcia (2020) chama a atenção para o fato de que não são apenas os resultados que são coletivos, mas também a atuação dos diversos atores em prol do alcance de um objetivo comum. Por fim, o autor também considera que os resultados da ação empreendedora podem ser analisados em diversas dimensões.

Contudo, nem sempre a oportunidade é criada ou descoberta, ela pode ser decorrente das exigências do próprio contexto em que se insere (SHEPHERD, 2015; GARCIA, 2020). Assim, compreende-se que a oportunidade consiste na aplicação de uma ação. No âmbito da administração pública, Nascimento e Andrade (2019) afirmam que os agentes podem criar condições favoráveis tanto para o estado, como para o mercado e sociedade, mediante os recursos disponíveis, a fim de sanar, combater e controlar situações inesperadas que podem ocasionar disfunções na gestão pública.

Watson (2013) expõe que a ação empreendedora ocorre para além da criação de novos empreendimentos. Para o autor, a ação empreendedora emerge da interrelação entre indivíduo e estruturas institucionais, sendo presente no cotidiano e nos diversos contextos da vida em sociedade. Também salienta o fato de que os estudos voltados para o empreendedorismo ainda

se concentram em sua maioria, para a abertura de novos negócios, no entanto, afirma que a orientação empreendedora é parte do cotidiano e do funcionamento de nossa sociedade.

No setor público a ação empreendedora é resultante das relações de interdependência entre estado, mercado e sociedade, podendo ser direcionada para o enfrentamento de situações de incerteza que visam a atender as demandas da população (NASCIMENTO; ANDRADE, 2019). Assim, a ação empreendedora também pode emergir da intercepção das tensões oriundas entre a lógica institucional e a orientação da vida dos indivíduos que fazem parte de um determinado contexto (SPEDALE; WATSON, 2014; NASCIMENTO; ANDRADE, 2019).

Para Spedale e Watson (2014) as tensões da lógica institucional ocorrem a partir de situações de conflito e incerteza que permeiam as instituições. Assim, podem impulsionar os indivíduos, principalmente aqueles que estão na linha de frente, a agirem de forma diferente da convencional, a fim de se combater as externalidades que permeiam o contexto em que estão inseridos. Já a orientação da vida dos indivíduos, consiste na significação que suas ações produzem ao longo de sua trajetória (SPEDALE; WATSON, 2014; GARCIA, 2020).

Assim, diversos autores compreendem que a ação empreendedora é fundamental para que ocorra o empreendedorismo, sendo ele resultante da interação entre agente e contexto ou mediante uma relação entre oportunidades e ações (GOMES; LIMA; CAPPELLE, 2013; SHEPHERD, 2015; NASCIMENTO; ANDRADE, 2019; DIMOV; PISTRUI, 2019). Isso porque, a busca de oportunidades emerge a partir da ação de um agente para a resolução de gargalos, o qual utiliza os meios disponíveis para direcionar a ação, envolvendo todo o contexto social em que se insere, assim como os indivíduos que o compõe (GOMES; LIMA; CAPPELLE, 2013; SHEPHERD, 2015; HAYTER; LINK; SCOTT, 2018).

De acordo com Hayter, Link e Scott (2018), as ações empreendedoras no setor público podem estar presentes nos diversos níveis e setores e não apenas concentradas de forma individualizada. Os autores também afirmam que no setor público, o comportamento empreendedor além de ocorrer nos diferentes níveis das organizações, também pode ser ocasionado na política. Assim, ainda que o processo empreendedor venha a ocorrer a partir da interrelação entre ambiente interno e externo, ele não deve se concentrar em um único indivíduo, isto porque, vários agentes podem estar inseridos no processo (GOMES; LIMA; CAPPELLE, 2013; SHEPHERD, 2015; HAYTER; LINK; SCOTT, 2018; DIMOV; PISTRUI, 2019; GARCIA, 2020).

A ação empreendedora também pode ser decorrente de um processo de criatividade situada (WATSON, 2013; NASCIMENTO; ANDRADE, 2019). Este processo emerge da tentativa de apaziguar situações de conflito, assim, a ação empreendedora pode ocorrer a partir de atitudes direcionadas para a resolução de problemas. Para Watson (2013), a criatividade situada está relacionada ao enfrentamento constante de conflitos pelos indivíduos que vivem em sociedade, mediante as transformações sociais e seu impacto na condição e circunstâncias da vida humana.

Ações empreendedoras no setor público podem representar um avanço na qualidade dos serviços, pois tendem a apresentar soluções para os gargalos existentes na prestação dos serviços públicos que, muitas vezes, não são supridos satisfatoriamente pelas ações centralizadas no Estado. Percebe-se que a ação empreendedora não acontece somente mediante a ocorrência de uma oportunidade, mas também a partir de conflitos e tensões que podem ocorrer em determinados contextos, sendo aplicada em prol do alcance de soluções para determinadas circunstâncias ou problemas.

## **Metodologia**

Este artigo é de cunho qualitativo, exploratório e descritivo, apresentando como técnica de coleta de dados a pesquisa documental de dados secundários. O corpus da pesquisa foi construído com base nas informações coletadas em cinco diferentes veículos de informação, a

fim de se realizar a triangulação das informações, comparando e contrastando os dados disponibilizados pelas fontes investigadas. É importante ressaltar que as informações coletadas se referem somente a notícias jornalísticas vinculadas a pandemia do Covid-19 do município em estudo. Assim, buscou-se analisar as ações desempenhadas pela administração pública em um município de Minas Gerais no combate à pandemia da Covid-19.

Dessa forma, o corpus da pesquisa foi construído com base em informações encontradas no sítio da prefeitura e em sua página do *Facebook*, em um jornal *online* de circulação regional e uma fonte de jornal *online* de circulação local. Pesquisou-se também as notícias de um segundo jornal de circulação local, no entanto, evidenciou-se repetição das. Também foi utilizado o portal de notícias sobre a Covid-19 da Universidade Federal localizada no município, a fim de coletar informações complementares sobre as ações realizadas que estivessem vinculadas à administração pública.

A coleta de dados foi realizada no primeiro semestre de 2020, compreendendo os meses de março a junho. Durante o período da pesquisa, os dados foram coletados, armazenados e avaliados, sendo encontradas n=225 notícias vinculadas à pandemia no município a ser estudado. As notícias foram segmentadas em âmbitos específicos, sendo encontradas: n=9 notícias relacionadas ao âmbito administrativo; n=174 sobre saúde; n=10 vinculadas à educação; n=23 no âmbito econômico e n=9 relacionadas a ações sociais. Dessa forma, adotou-se a análise de conteúdo para a análise dos dados, técnica essa que permitiu uma compreensão dos resultados encontrados de forma qualitativa.

Com base nos estudos de Bardin (1979) e Minayo (2000), a análise de conteúdo é dividida em três fases principais: (I) a pré-análise, que consiste na seleção do material, organização e sistematização dos dados coletados; (II) a exploração do material, na qual realiza-se o recorte e a classificação dos dados; e por fim, (III) o tratamento e a interpretação dos resultados que visa a validar teoricamente as informações obtidas no estudo, sendo aplicado o tratamento qualitativo, com o intuito de se buscar inferências a partir do material selecionado.

Na fase de pré-análise, alinhada à construção do corpus de pesquisa, utilizou-se como critérios de inclusão para a identificação, leitura e seleção do material, as notícias vinculadas à Covid-19 nas fontes citadas. Optou-se em analisar somente os conteúdos escritos das fontes, devido à grande quantidade de informações disponíveis nos canais de informação, excluindo-se vídeos e documentários. Isso porque, pretendeu-se homogeneizar os dados respeitando também os parâmetros de relevância e sincronicidade (MINAYO, 2000). Também como critérios de exclusão, optou-se por não analisar os jornais de grande circulação, pois abrangem notícias de muitos municípios e pelo fato de que estão mais distantes da realidade local. Excluiu-se também os dados vinculados às emissoras de rádio e canais de TV online e convencional, por não se tratarem de material escrito.

A segunda fase de análise dos dados, a de exploração do material, envolveu uma leitura completa das notícias, a exclusão daquelas repetidas e/ou não pertinentes à consecução dos objetivos, bem como uma pré-seleção das notícias mais relevantes e em seguida, os dados encontrados foram dispostos em categorias. Categorizar significa reunir um grupo de elementos e identificar características comuns entre eles (MINAYO, 2000).

A grade de análise das categorias foi classificada quanto ao tipo misto, conforme Vergara (2005), nessa tipologia definem-se preliminarmente as categorias pertinentes aos objetivos de pesquisa, porém admite-se a inclusão de novas que possam surgir durante o processo de análise dos dados. Assim, a priori, as categorias foram divididas em: ações administrativas, ações em saúde, ações educacionais, ações econômicas e ações sociais.

Em seguida, as categorias intermediárias incorporaram quais ações identificadas poderiam ser enquadradas no contexto da ação empreendedora. Na categorização final, buscou-se identificar nas ações empreendedoras o seu enquadramento nas três formas que se apresenta, sendo essas: ação incorporada, ação no tempo e espaço e ação de possibilidade implícita. Por

fim, a terceira fase do método implicou no tratamento e na interpretação dos resultados com base no referencial teórico, visando a validar as informações obtidas no estudo.

## Análise dos Resultados

Com o intuito de responder aos objetivos de pesquisa, as informações foram pesquisadas e analisadas de forma exaustiva. Primeiramente, realizou-se uma leitura flutuante de todo o material coletado. Em seguida, após a realização de uma leitura não linear dos dados e correlacionando as informações coletadas aos objetivos de pesquisa, os dados foram classificados em cinco categorias a priori: ações administrativas, ações em saúde, ações educacionais, ações econômicas e ações sociais. A categorização das principais ações desempenhadas pela administração pública no enfrentamento a Covid-19 foi ilustrada no quadro abaixo:

Quadro 1 – Ações desempenhadas pela Administração Pública Municipal

Ações Administrativas	Ações em Saúde	Ações Educacionais	Ações Econômicas	Ações Sociais
Agendamento online de serviços	Campanha de Vacinação <i>Drive-Thru</i> contra a Gripe	Suspensão das atividades presenciais escolares	Suspensão das atividades econômicas e comerciais	Campanhas de Conscientização
Audiência Pública Online	Hospital de Campanha	Consulta a implementação do ensino remoto	Prorrogação dos Alvarás de Fiscalização de Estabelecimento (TFE) e de Inspeção Sanitária (TFS) dos estabelecimentos comerciais e industriais.	Moradia para pessoas que vivem em extrema pobreza
	Suspensão dos atendimentos odontológicos presenciais pela rede municipal	Projeto ConectARTE	Reabertura gradual do comércio	Arrecadação de alimentos
	Kits de testes para Covid-19	Vale Merenda	Comitê Gestor de Ações Econômicas e Financeiras	Auxílio Emergencial para Catadores de Material Reciclável
	Barreiras Sanitárias			
	Higienização de espaços públicos			
	Boletim Informativo			
	Painel Coronavírus			
	TeleCovid			
	Mais Saúde em Casa			
	Pesquisa de Enfrentamento à Pandemia			

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2020).



A propagação das notícias relacionadas à pandemia da Covid-19 com relação ao município investigado iniciou-se em meados do mês de março, após a divulgação pelo Governo do Estado de Minas Gerais do decreto nº 47.886 de 15 de março de 2020. O decreto teve o intuito de orientar as administrações públicas do Estado com relação às medidas de enfrentamento à pandemia, declarando situação de emergência em saúde pública em todo o território mineiro.

Identificou-se que algumas medidas restritivas executadas no município pesquisado são condizentes às ações adotadas na maioria dos estados brasileiros, como o uso obrigatório de máscara, campanhas de conscientização e orientação quanto à propagação do vírus, o fechamento do comércio, a suspensão e prorrogação de serviços, a paralisação das atividades presenciais escolares, a higienização dos espaços públicos, a adesão aos kits de testes rápidos, a arrecadação de alimentos e apoio às pessoas em situação de vulnerabilidade, os boletins informativos de saúde e as barreiras sanitárias (SANTOS, 2020). Contudo, em face da repercussão mundial e das pesquisas em torno da eficácia do distanciamento e isolamento social, a prefeitura do município procurou adotar outras ações restritivas e preventivas, antes mesmo que já houvesse casos confirmados de infectados na cidade.

Com vistas a estudar a minimização dos impactos socioeconômicos nas atividades comerciais do município, a prefeitura institui e nomeia o comitê gestor das ações econômicas e financeiras, visando acompanhar e propor medidas de natureza fiscal, social, econômica e financeira em razão dos efeitos da pandemia (LAVRAS TV, 2020).

Com relação à educação, a primeira medida adotada pela prefeitura foi resultante da determinação do Governo do Estado de Minas Gerais em suspender as atividades escolares a partir do dia 18 de março. Em um comunicado oficial no sítio da prefeitura no mesmo dia, esta salienta que a secretaria de educação irá buscar alternativas para manter o fornecimento da merenda escolar aos alunos da rede municipal. Assim, foi verificado que a Câmara Municipal aprovou uma medida que prevê a disponibilização de um “vale merenda” no valor de R\$60,00 aos alunos da rede municipal de ensino, sendo uma medida aprovada pelo poder público no início de junho.

Até o início do mês de junho, de acordo com a fonte de notícias local, a prefeitura ainda não havia deliberado sobre a retomada das atividades escolares. Assim, com o intuito de analisar as condições de infraestrutura e acessibilidade aos instrumentos tecnológicos e internet dos alunos, a secretaria de educação lança uma consulta digital no dia 02 de junho para a investigar a possibilidade de implementação de atividades escolares mediante o ensino remoto aos estudantes matriculados na rede municipal.

O questionário disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação buscou identificar além das informações pessoais dos alunos, bairro e escola em que estão matriculados. Coletou informações a respeito das condições de acesso aos recursos tecnológicos e à internet de qualidade, como a velocidade por exemplo. Por fim, buscaram identificar a opinião dos responsáveis quanto à retomada das atividades por meio do ensino remoto.

Contudo, mediante a coleta dos dados, foi percebida uma articulação entre algumas das secretarias municipais no combate e prevenção ao Covid 19 e outras organizações do município. Isso porque, foram divulgadas notícias de ações desempenhadas em diversos contextos, conforme demonstrado na tabela. Após uma análise mais detalhada dos dados, bem como das ações desempenhadas pela administração pública no enfrentamento à Covid-19 percebeu-se que muitas ações poderiam ser situadas no contexto da ação empreendedora.

Conforme foi evidenciado no referencial teórico, a ação é decorrente de uma intenção direcionada, enquanto a ação empreendedora emerge de uma perspectiva interativa. Em

consonância a definição de ação empreendedora, Watson (2013) expõe o conceito de criatividade situada. De acordo com o autor, a criatividade situada está relacionada ao enfrentamento de situações inesperadas mediante a aplicação de ações pontuais pelos indivíduos que vivem em sociedade, sendo estas decorrentes das transformações sociais que emergem e impactam diretamente a condição de vida humana (WATSON, 2013; NASCIMENTO; ANDRADE, 2019).

Consoantes aos estudos de Watson (2013), Nascimento e Andrade (2019) também salientam que a ação empreendedora pode ser decorrente de um processo de criatividade situada, pois ela emerge da tentativa da resolução de situações de conflito e incertezas. Assim, a ação empreendedora pode ser manifestada por meio de atitudes, ações e práticas voltadas para a resolução de gargalos ou problemas. No contexto inesperado da pandemia ocasionada pela Covid-19, percebe-se que os governos do mundo todo tiveram que desprender esforços e recursos em prol da mitigação dos impactos causados pela pandemia.

Partindo-se do pressuposto em que Shepherd (2015) afirma que mudanças contextuais podem sinalizar uma oportunidade potencial, sendo que a ação empreendedora pode acontecer a medida em que o indivíduo percebe a necessidade de direcionar esforços em razão de tais mudanças, identifica-se uma oportunidade de analisar as ações desempenhadas pelo município em estudo no contexto da ação empreendedora. Assim, a partir das cinco categorias definidas a priori, propõe-se um direcionamento de quais ações poderiam ser consideradas empreendedoras no âmbito da administração pública municipal. As ações podem ser visualizadas de acordo com a categorização exposta no quadro 2:

Quadro 2 – Ações Empreendedoras na Administração Pública Municipal

	Administrativas	Saúde	Educação	Sociais
<b>Ação Empreendedora</b>	Agendamento online de serviços	Campanha de Vacinação <i>Drive-Thru</i> contra a Gripe	Projeto ConectARTE	Auxílio Emergencial para Catadores de Material Reciclável
	Audiências Públicas Online	Hospital de Campanha		
		Painel Coronavírus		
		TeleCovid		
		Mais Saúde em Casa		
		Pesquisa de Enfrentamento à Pandemia		

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2020).

Na categorização proposta observa-se que, no contexto das ações administrativas, o poder público municipal utilizou a tecnologia de informação para dar continuidade aos serviços prestados nas instalações dos órgãos municipais. Primeiramente, o sistema *online* de agendamento de serviços prestados pela prefeitura e também a promoção de audiências públicas de forma *online*. O intuito é facilitar o atendimento à população, respeitando as normas de distanciamento social e evitando-se aglomerações nas repartições públicas.

No caso do sistema de agendamento, o cidadão pode realizar a solicitação do serviço que deseja no portal da prefeitura e comparecer no órgão municipal apenas no horário agendado. Foi verificado que as audiências públicas serão transmitidas via redes sociais da prefeitura, prezando pela transparência dos atos administrativos e pelo exercício da cidadania, bem como

estimulando e convidando a população a participar das decisões mesmo perante o cenário da pandemia.

Com relação às ações educacionais, alguns professores do município através da Secretaria Municipal de Educação, criaram o “Projeto ConectARTE”, com o intuito de manter o vínculo educacional com os alunos do município. Por meio de vídeos, os professores divulgam na rede social da prefeitura e das escolas, dicas de jogos, brincadeiras, músicas e contação de histórias, visando ao estímulo e o fortalecimento das relações entre as famílias e alunos neste período de enfrentamento da pandemia.

Uma das ações voltadas para o âmbito social foi a disponibilidade de auxílio emergencial para catadores de material reciclável. A Prefeitura suspendeu a coleta de materiais recicláveis no município, para proteger os profissionais que iriam manusear toda a separação do lixo. Para minimizar os impactos negativos desta medida, converteu o recurso destinado para a coleta de materiais recicláveis do município em um auxílio emergencial para os catadores e suas famílias não ficarem sem renda durante este período de suspensão da coleta até o perdurar a pandemia.

Diante destas situações apresentadas, infere-se que ação empreendedora no setor público pode ser manifesta no equilíbrio dos processos administrativos, conforme as circunstâncias oferecidas em um ambiente que é operado em situações de mudanças e incertezas (SPDALE; WATSON, 2014). Dessa forma, no contexto das ações administrativas, retoma-se aos estudos de Watson (2013), o qual aponta que tanto a ação administrativa quanto a ação empreendedora podem operar juntas em um ambiente organizacional, sendo complementares entre si.

No caso específico do setor público, a ação empreendedora pode ocorrer de forma a minimizar os impactos gerados por mudanças sociais em prol do interesse público. Assim, compreende-se que as audiências públicas, o agendamento de serviços de forma online, o projeto ConectArte e o auxílio emergencial, podem ser entendidos como uma ação empreendedora desempenhada pela administração pública, tendo o intuito de visar o equilíbrio dos processos administrativos conforme o contexto ocasionado pela pandemia.

O âmbito das ações em saúde correspondeu ao setor em que mais se identificou ações empreendedoras. O município em estudo é muito conhecido e procurado pelos serviços médicos hospitalares na região em que está localizado, visto que além da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), existem também mais dois hospitais que atendem não só à população do município, mas também a diversas municipalidades ao entorno.

Já no início das atividades de prevenção ao Covid-19, prezando pelas medidas de distanciamento social, o município aderiu à realização da campanha nacional de vacinação contra a gripe mediante um sistema de vacinação *drive-thru*. O intuito desta ação foi diminuir as filas nos postos de saúde, bem como as aglomerações, principalmente para as pessoas mais vulneráveis à contaminação do vírus, como os idosos e portadores de doenças crônicas. Assim, as pessoas se dirigiam aos locais de vacinação com seus veículos e os agentes de saúde as vacinavam dentro do carro dos respectivos pacientes.

Em meados do mês de abril, a Prefeitura Municipal em parceria com a Universidade Federal localizada no município anunciam o início da instalação de um hospital de campanha para o atendimento específico aos pacientes contaminados pela Covid-19. O intuito da construção do hospital de campanha é ampliar o número de leitos ambulatoriais para tratar especificamente os pacientes contaminados e também os suspeitos que venham a necessitar de internação em isolamento hospitalar. O município até o momento é o único da microrregião a receber uma estrutura de um hospital de campanha, dessa forma, o governo municipal alerta que esse espaço poderá ser utilizado também para pacientes vindos de outros municípios.

De acordo com as notícias analisadas, o hospital de campanha foi construído em parceria com a Universidade Federal que recebeu recursos do Ministério da Educação para o

desenvolvimento de ações de enfrentamento a Covid-19. Entre as demais ações, está a estruturação de um laboratório no departamento de Ciências da Saúde com o intuito de realizar testes rápidos de Covid-19, visando a auxiliar os municípios da região. A Universidade também se destacou como uma importante parceira por ter iniciado a produção de álcool em gel e o desenvolvimento de equipamentos de segurança para os profissionais de saúde do município, contudo, ainda pretende doar esses utensílios às administrações públicas ao entorno.

A prefeitura, ainda em parceria com a Universidade Federal, lança no início de junho o “Painel Coronavirus”, com o intuito de informar a população sobre a evolução da doença com base nas informações oficiais divulgadas pela própria prefeitura, secretaria de saúde e Comitê Intersetorial de Prevenção e Enfrentamento à Covid19, sendo este último instalado na Universidade. Entre as informações disponíveis estão o total de casos confirmados, o número de óbitos registrados, a quantidade de pacientes recuperados, além de dados que indicam o perfil dos casos por faixa etária, sexo e presença ou não de comorbidades. Os gráficos e a organização visual das informações auxiliam na interpretação mais ágil dos dados, contribuem para que o poder público possa ter um controle efetivo da doença e para que possa direcionar ações mais pontuais.

Outra parceria também foi formada com a Universidade, a Plataforma Conectando Causas Comuns e a Unimed, assim, juntamente com a prefeitura, essas instituições lançaram a plataforma *online* “TeleCovid”. A iniciativa permite que os usuários possam agendar consultas de forma *online* e gratuita com profissionais da saúde, tais como, médicos, enfermeiros e farmacêuticos. Basta preencher um formulário com dados gerais e solicitar o teleatendimento, o objetivo é incentivar a população a continuar respeitando as medidas de distanciamento social e ao mesmo tempo orientá-la quanto aos cuidados e sintomas da doença.

Além disso, a plataforma tem o intuito de “conectar pessoas que possam doar produtos e serviços a pessoas em condição de vulnerabilidade social, alimentar e sanitária, derivada da pandemia de Covid19” (TELECOVID, 2020). Assim, com a utilização da plataforma, qualquer pessoa pode doar produtos e também tempo de trabalho, sendo que este último será utilizado para esclarecer as principais dúvidas com relação às medidas de enfrentamento à Covid-19. Na plataforma também é disponibilizado um cadastro para que as pessoas em situação de vulnerabilidade possam solicitar ajuda e para aqueles que tenham interesse em ajudar.

A Universidade Federal, mediante uma iniciativa própria, mas que contribui diretamente para a ampliação do serviço de atenção primária de saúde no município em questão, também criou uma plataforma *online* que começou a ser elaborada no início da propagação da pandemia no Brasil, sendo oriunda da inspiração de um projeto similar que foi desenvolvido em uma Universidade em Portugal. A plataforma disponibiliza atendimento remoto à população, com o intuito de realizar uma triagem de pessoas que apresentem sintomas gripais e conforme a gravidade do caso, os usuários são direcionados ao serviço de saúde municipal.

Ao final de cada dia, os responsáveis pelo projeto realizam a triagem dos atendimentos e encaminham os dados à Vigilância Epidemiológica do Município. A perspectiva é que este projeto seja expandido para outras municipalidades e também Universidades. A plataforma é denominada “Mais Saúde em Casa”, e o teleatendimento é realizado pelos alunos do curso de Medicina da Universidade, que são supervisionados pelos professores do curso.

A Prefeitura também divulgou a realização de uma pesquisa *online* de Enfrentamento à epidemia da Covid-19. O objetivo é que a pesquisa participativa busque investigar sobre a adoção de medidas de distanciamento social no município. A pesquisa foi realizada em parceria entre Prefeitura, Universidade Federal, Fapemig e um projeto dos alunos do curso de medicina

da mesma universidade. Assim, a pesquisa buscou coletar dados como idade, bairro em que o participante reside, adoção ou não ao isolamento social, se está trabalhando fora de casa, se recebe visitas de parentes de outras localidades, qual o principal meio de transporte utilizado e se concorda com as medidas de isolamento social.

Assim, com base nas ações identificadas percebe-se que muitas contaram com uma colaboração plural de diversas instituições do município. Gomes, Lima e Cappelle (2013) salientam que embora a orientação empreendedora venha a ocorrer a partir da interrelação entre o ambiente interno e o externo, ela não deve se concentrar em um único indivíduo, pois vários agentes podem estar inseridos na ação empreendedora. Nascimento e Andrade (2019) afirmam que a ação empreendedora ocorre a partir das relações de interdependência entre Estado, mercado e sociedade. Dessa forma, percebemos que a colaboração entre diversos agentes em auxílio à administração pública tem permitido o desenvolvimento de várias ações inovadoras e pontuais de enfrentamento a Covid-19.

Para Dimov e Pistrui (2019), a ação empreendedora é uma jornada que acontece mediante as interações entre agentes e contexto de forma que essa relação será direcionada para um propósito subjacente. Os autores apontam três principais formas em que acontece a ação empreendedora. Primeiramente, a ação é incorporada (I), seja por um indivíduo ou vários, operando em conjunto. Em seguida, os autores afirmam que ação empreendedora acontece em um determinado tempo e espaço (II), pois a realidade dos ambientes é diversa e complexa, sendo aplicada conforme os propósitos dos indivíduos que estão inseridos neste determinado contexto. E por fim, a terceira forma é que a ação ocorre no contexto em que estão implícitas as possibilidades de atuação dos agentes (III).

Mediante a estruturação proposta pelo estudo de Dimov e Pistrui (2019), identifica-se que o município em questão está seguindo o combate ao Covid-19 dentro das três formas apresentadas conforme o contexto da ação empreendedora, de acordo com as ações destacadas pelas categorias intermediárias. Dessa forma, a fim de estabelecer as categorias finais deste estudo, evidencia-se ações empreendedoras nas três formas identificadas por Dimov e Pistrui (2019), sendo classificadas como: (I) ação incorporada, (II) ação no tempo e espaço e (III) ação de possibilidade implícita, conforme visualizadas no quadro 3 abaixo:

Quadro 3 – As três formas da Ação Empreendedora

	<b>Ação Incorporada</b>	<b>Ação no Tempo e Espaço</b>	<b>Ação de Possibilidade Implícita</b>
<b>Ação Empreendedora</b>	Hospital de Campanha	Auxílio Emergencial para Catadores de material reciclável	Campanha de Vacinação <i>Drive-Thru</i>
	Pesquisa de Enfrentamento à Pandemia	Agendamento Online de Serviços	
	Mais Saúde em Casa	Audiências Públicas Online	
	Painel Coronavírus	Projeto ConectArte	
	TeleCovid		

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2020).

Assim, conforme o cenário evidenciado pela pandemia, e alinhando esse contexto aos estudos de Nascimento e Andrade (2019) e Dimov e Pistrui (2019), a administração pública buscou direcionar esforços com a ajuda de diversos atores, possibilitando troca de recursos e parcerias em prol de objetivos comuns, e no caso específico, a fim de implementar ações de enfrentamento à pandemia.

Shepherd (2015) também afirma que a orientação empreendedora é um caminho oportuno para que a sociedade, de forma que as ações empreendedoras possam ser direcionadas a atender aos diversos desafios que possam emergir. Contudo, visto que a pandemia do novo corona vírus evidenciou um contexto inesperado em todo o mundo, pois não há precedentes da doença, este fato limita a atuação da administração pública municipal no combate ao vírus que opera em um contexto totalmente desconhecido.

Esta situação exige que os gestores públicos ajam de forma colaborativa e coordenada a fim de se minimizar os nefastos efeitos que podem ser ocasionados pela proliferação do novo vírus. Dessa forma, a orientação para a ação empreendedora pode ser uma das alternativas a serem adotadas pela administração pública municipal em suas diversas dimensões e sendo possível a sua orientação também em outros contextos que não foram identificados neste estudo, sendo sugestiva a realização de pesquisas futuras que evidenciem tais desdobramentos.

## **Conclusão**

Este estudo buscou analisar as ações desempenhadas pela administração pública em um município de Minas Gerais no combate a pandemia da Covid-19. Dessa forma, as ações desempenhadas pela administração pública foram identificadas e analisadas conforme o contexto da ação empreendedora, bem como foram possíveis ser enquadradas em seus três formatos, conforme referência ao estudo de Dimov e Pistrui (2019).

A literatura evidencia o fato de que empreender no setor público não é uma tarefa fácil. Contudo, verificamos a partir da análise das ações de enfrentamento à pandemia, que a administração pública pôde utilizar das possibilidades de incorporar atores, operando em um contexto complexo e visualizando possibilidades implícitas com o intuito de aperfeiçoar a gestão neste cenário tão incerto pregado pela situação internacional de calamidade pública em saúde.

O estudo de Dimov e Pistrui (2019) evidencia que a ação é um dos pilares do empreendedorismo. Isto porque, a própria orientação empreendedora é vista como um conjunto de propósitos que visa a incorporação de ações diferenciadas em determinados contextos. Com o cenário pregado pela covid-19, identifica-se o desprendimento de vários esforços da gestão pública municipal em prol ao combate à pandemia.

Alguns autores afirmam que muitos empreendedores agem sem nem mesmo saber que estão adotando uma orientação empreendedora. Assim, conforme a análise das ações desempenhadas pela administração pública municipal, percebemos que as ações tem um propósito final, que é o combate à Covid-19, mas o próprio poder público pode não ter visualizado a orientação empreendedora em tais ações.

Tal suposição instiga-se a questionar se o fato de que empreender no setor público brasileiro não seja uma tarefa fácil, seria decorrente da insuficiência de conhecimento em relação a orientação empreendedora pelos gestores públicos. Este questionamento sugere que pesquisas futuras sejam direcionadas para o contexto da orientação do empreendedorismo público no Brasil, bem como para a investigação de ações empreendedoras implementadas pela administração pública brasileira.

Contudo, percebe-se que algumas ações evidenciadas podem se tornar cotidianas e até mesmo serem readaptadas a outras circunstâncias, acarretando melhorias na gestão, facilitando a prestação de serviços públicos e saneando possíveis gargalos. Compreende-se que a ação empreendedora empregada neste contexto, ocorre a partir da alocação dos recursos disponíveis alinhada a propósitos comuns, a fim de alcançar soluções concisas e pontuais para o enfrentamento de situações inesperadas e complexas, como é o caso da pandemia da Covid-19. Dessa forma, o presente estudo buscou diagnosticar possibilidades e caminhos a serem trilhados na administração pública, sobretudo na gestão em saúde, apresentando a orientação empreendedora como uma perspectiva para o enfrentamento da pandemia, visto que a administração pública necessita se preparar também para os desafios que possam emergir no futuro.

Entende-se que não existe um caminho certo a ser percorrido, devido aos diferentes contextos e realidades dos diversos municípios brasileiros, assim como as desigualdades regionais. No entanto, espera-se que o presente estudo possa contribuir também em termos teóricos para a literatura sobre o empreendedorismo no setor público brasileiro, assim como um caminho para a reflexão, propagação e fomento de ações voltadas para o enfrentamento da Covid-19 em outras municipalidades.

### Referências Bibliográficas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Decreto nº 47.886 de 15 de março de 2020. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=47886&ano=2020&tipo=DEC>. Acesso em junho de 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979. 229p.

BORGES, D. A. H.; ROMANIELLO, M. M.; BRITO, M. J. Empreendedorismo no setor público: a influência das características organizacionais. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**. v.5. n.1. 2016.

DIMOV, D. PISTRUI, J. Recursive and Discursive Model of and for Entrepreneurial Action. **European Management Review**, v. 17, n. 1, p. 267-277, Mar 2020. ISSN 1740-4754.

GARCIA, A.S. Ação Empreendedora como Unidade de Análise do Empreendedorismo: Proposição de um Esquema de Análise. In: **Anais do Congresso Empreendedorismo e Pequenos Negócios**. XI EPEGE (online). Belo Horizonte (MG), 2019.

G1 SUL DE MINAS. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/> Acesso em julho de 2020.

GOMES, A. F.; LIMA, J. B.; CAPPELLE, M.C.A. Do empreendedorismo a noção de ações empreendedoras: reflexões teóricas. **Revista Alcance**, Biguaçu, v. 20, n. 02, p. 203-220, abr./jun. 2013.

HAYTER, C. S. LINK, A. N. SCOTT, J. T. Public-sector entrepreneurship. **Oxford Review of Economic Policy**. v. 34. n. 4. 2018. 676–694 p.

IBGE. 2019. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/localizacao-geografica> Acesso em junho de 2020.

ITO, N. C. PONGELLUPE, L. S. The COVID-19 outbreak and the municipal administration responses: resource munificence, social vulnerability, and the effectiveness of public actions. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, jun. 2020. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81667>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

JORNAL DE LAVRAS. Disponível em: <https://www.jornaldelavras.com.br/> Acesso em julho de 2020.

KEARNEY, C., MEYNHARDT, T. Directing corporate entrepreneurship strategy in the public sector to public value – antecedents, components and outcomes. **International Public Management Journal**, London, 2016.

KLEIN, P. G. et. al. Toward a theory of public entrepreneurship. Rotman School of Management, University of Toronto. Canada. **European Management Review**, 2010.

LAVRAS 24HORAS. Disponível em: <https://www.lavras24horas.com.br/portal/> Acesso em julho de 2020.

LAVRAS TV. Disponível em: <http://lavras.tv/site/> Acesso em julho de 2020.

MARKOPOULOS, E. VANHARANTA, H. Public Sector Transformation via Democratic Governmental Entrepreneurship and Intrapreneurship. In: Ahram T., Karwowski W., Pickl S., Taiar R. (eds) Human Systems Engineering and Design II. IHSSED 2020. **Advances in Intelligent Systems and Computing**, vol. 1026. ISBN 978-3-030-27928-8

MINAYO, M. C. de. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7 ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> Acesso em de junho de 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2020. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus> Acesso em junho de 2020.

MORAIS, M.; VALADARES, J. L.; EMMENDOERFER, M.; TONELLI, D. Polissemias do empreendedorismo no setor público. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 4, n. 1, 2015.

NASCIMENTO, P. O. ANDRADE, D. M. Ação Empreendedora: Um Novo Olhar Sobre o Empreendedorismo. In: **Anais do Congresso do Instituto Franco Brasileiro de Administração de Empresas**. Uberlândia (MG), UFU, 2019.

OLAUSSON, A. SVENSSON, P. Understanding Political Entrepreneurship in Local Government Administration – a Contextual Framework. **LEX LOCALIS - JOURNAL OF LOCAL SELF-GOVERNMENT**. v. 17. n. 3. 2019. 643 – 658 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS. Disponível em: <http://pml.lavras.mg.gov.br/> Acesso em julho de 2020.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS. Disponível em: <https://www.facebook.com/PrefeituraMunicipalDeLavras> Acesso em junho de 2020.

SANTOS, L. S. Dilemas morais que circundam a gestão pública brasileira no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, jun. 2020. ISSN 1982-3134. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81665>. Acesso em: 22 Jul. 2020.

SILVA, C. de. A.; VALADARES, J. L.; ANDRADE, D. M. Ações empreendedoras na gestão pública: análise do programa de crédito solidário (PSC) em um município do sul de Minas Gerais. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 55-68, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/2256/882> >. Acesso em: 30 Jun. 2020.

SPEDALE, S.; WATSON, T. J. The emergence of entrepreneurial action: At the cross roads between institutional logics and individual life-orientation. **International Small Business Journal**, London, v. 32, n. 7, p. 759-776, 2014.

SHEPHERD, D. A. Party On! A call for entrepreneurship research that is more interactive, activity based, cognitively hot, compassionate, and prosocial. **Journal of Business Venturing**, 30(4), 2015. 489-507p.

TREMML, T. Linking Two Worlds? Entrepreneurial Orientation in Public Enterprises: A Systematic Review and Research Agenda. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 90, n. 1, p. 25-51, Mar 2019. ISSN 1370-4788.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Disponível em: <https://ufla.br/coronavirus> Acesso em julho de 2020.

VALADRES, J. L. **Significados do Empreendedorismo no Setor Público no Contexto Municipal Brasileiro**. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2016.

VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

WATSON, T. J. Entrepreneurship in action: bringing together the individual, organizational, and institutional dimensions of entrepreneurial action. **Entrepreneurship & Development**, Denver, v. 25, p. 404-422, 2013.